
RE: Pedido de Esclarecimento | EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PARCEIRO PRIVADO | Nº 0050/2025 | GESTÃO DE CADEIA LOGÍSTICA

De Helcio Figueira Medeiros <helcio.medeiros@serpro.gov.br>

Data Sex, 28/03/2025 10:13

Para Policarpo Rocha <policarpo.rocha@senior.com.br>

Cc SERPRO | Parceria Cadeia Logística <parceria-cadeialogistica@serpro.gov.br>

Prezado interessado, seguem as respostas aos pedidos de esclarecimentos:

Questionamento 01:

Cláusulas Contratuais (Anexo VI do Edital)

As cláusulas contidas no contrato (Anexo VI do Edital) poderão ser objeto de discussão e negociação entre as partes antes da assinatura formal do contrato? Caso afirmativo, qual será o procedimento para o ajuste das cláusulas e qual o prazo para que as partes possam apresentar modificações ou ajustes no conteúdo contratual?

Esclarecimento SERPRO:

Sim, conforme o item 8.2 do edital, o anexo VI se trata de uma minuta a ser negociada entre o SERPRO e a interessada convocada. No entanto, não há como estimar os procedimentos e os prazos de eventuais ajustes, pois isso dependerá de processos internos de ambas as empresas para cada ajuste proposto.

Questionamento 02:

Cláusula 6.2 do Contrato (Cumprimento das Condições pela Interessada)

Na cláusula 6.2 do contrato, a empresa Interessada se compromete a "observar" as condições, mas não a cumprir integralmente as exigências previstas. Considerando que a Interessada já segue processos internos e tem documentação norteadora que não pode ser alterada, gostaríamos de saber se a simples observância dessas condições será suficiente ou se será necessário um termo adicional para assegurar o cumprimento de tais condições?

Esclarecimento SERPRO:

O item 6.2 da minuta estabelece que a parceira deverá concordar inteiramente com o Código de Ética, Conduta e Integridade do SERPRO, a Política de Integridade e Anticorrupção do Serpro e o Programa Corporativo de Integridade do SERPRO, bem como se comprometer a observá-los e **cumpri-los** durante toda a vigência do contrato. Portanto, se trata de observância e cumprimento das disposições.

Questionamento 03:

Definição de Ativos Intangíveis (Cláusula 11.1 do Contrato)

Poderiam esclarecer o conceito de "ativos intangíveis" mencionado na cláusula 11.1? Especificamente, gostaríamos de entender se a referência a "ativos intangíveis" inclui apenas propriedade intelectual, como software, patentes, marcas, ou se há a possibilidade de abranger outros ativos não tangíveis, como dados, informações e outros ativos digitais que possam ser considerados propriedade da empresa no contexto da parceria?

Esclarecimento SERPRO:

A citação de ativos intangíveis segue a referência clássica para o tema, abrangendo de maneira mais ampla os diversos tipos de propriedade intelectual, conforme enumerado, tais como software, patentes e marcas. Os dados e informações não podem se tornar propriedade intelectual, tanto no sentido atribuído na minuta do contrato como pela legislação brasileira.

Questionamento 04:

Alteração Social (Cláusula 16.3, "b" do Contrato) – Rescisão Contratual

No item 16.3 "b" do Contrato (Anexo VI do Edital) prevê que a alteração social seja motivo para rescisão contratual. Considerando que a alteração social mencionada no edital possa ocorrer sem impacto direto no objeto do contrato, gostaríamos de obter um esclarecimento adicional sobre os critérios que serão adotados para

que uma alteração social efetivamente enseje rescisão. Não seria mais adequado que essa possibilidade de rescisão estivesse condicionada apenas às alterações que impactem diretamente o objeto do contrato?

Esclarecimento SERPRO:

O entendimento está correto. De fato, a alteração social de que trata a alínea “c” do item 16.3 do ANEXO VI se refere a modificações que impactem negativamente ou inviabilizem a parceria. Ressaltamos que, conforme item 8.2 do edital, o anexo VI se trata de uma minuta a ser negociada entre o SERPRO e a interessada convocada., de forma que, futuramente, este item poderá ser objeto de revisão entre as partes.

Questionamento 05:

5) Propriedade Intelectual

Em relação à Cláusula 11 do Contrato, que trata da **Propriedade Intelectual**, gostaríamos de obter um esclarecimento adicional sobre a possibilidade de ajustes nas disposições, considerando que a interessada (a desenvolvedora de software) utilizará código-fonte de seu portfólio existente, para o desenvolvimento do objeto deste certame.

Especificamente, gostaríamos de saber se, ao término da execução do contrato e da parceria, a parte do código-fonte que seja **pré-existente** à parceria ou que não seja fruto da cocriação poderá ser **excluída** da propriedade intelectual compartilhada, de forma que a desenvolvedora mantenha o controle exclusivo sobre seu código-fonte original e as partes não modificadas ou criadas em conjunto.

Questões específicas:

A) A cláusula 11 do contrato trata da **cotitularidade de propriedade intelectual**. Como será tratado o código-fonte que é pré-existente à parceria, ou seja, aquele que já pertence à desenvolvedora antes do início deste projeto? Existe a possibilidade de **exclusão** ou **separação** desse código da propriedade intelectual compartilhada ao final da parceria?

Esclarecimento SERPRO:

Conforme previsto no item 11.2 da minuta de contrato, cada PARCEIRA deterá titularidade da propriedade intelectual de obras e outros ativos criados exclusivamente por si, ainda que na execução da parceria.

B) Quais seriam os mecanismos legais ou contratuais previstos para garantir que a parte do código-fonte não resultante de cocriação ou inovação conjunta possa ser retida exclusivamente pela desenvolvedora, sem prejuízo das disposições relativas ao código criado em parceria?

Esclarecimento SERPRO:

O item 11.2 trata da propriedade intelectual de obras e outros ativos criados exclusivamente por uma das parceiras, sendo que cada PARCEIRA deterá titularidade da propriedade intelectual de obras e outros ativos criados exclusivamente por si, ainda que na execução da parceria. O Contrato Associativo de Parceria em Oportunidade de Negócio será o documento hábil para resguardar os direitos e deveres ali firmados, sendo assegurados e respeitados também aqueles direitos de propriedade constituídos previamente à realização da Parceria.

Atenciosamente,

Hélcio Figueira Medeiros

Analista da Divisão de Especificação de Parcerias de Negócio

Superintendência de Inteligência de Negócio

Diretoria de Negócios de Gestão Pública, Setoriais e Novos Negócios

+55 (11) 2173-1631

